



## **Identidade e Memória na Comunidade Israelita de Lisboa (CIL)**

**Xénia Carvalho**

Esta investigação é um estudo no âmbito das ciências sociais, com particular incidência na Antropologia complementada com elementos oriundos da História. Ela incide nos mecanismos da construção identitária, no papel da memória e nas representações dessa mesma identidade, no domínio de uma comunidade étnica - a Comunidade Israelita de Lisboa ou CIL -, inserida na sociedade portuguesa contemporânea enquanto minoria étnica.

É um estudo que se desdobra ao longo de três gerações de judeus portugueses. O que é ser-se judeu em Portugal? – esta é a questão de partida para o entendimento de uma identidade pluridimensional, que passa pela reconstrução das histórias de vida e de família.

No mundo contemporâneo, os judeus possuem um registo escrito da sua história, que recua a épocas muito remotas. É uma história que se apoia na escrita e no texto sagrado, a Bíblia. Na Bíblia, a sua identidade étnica é representada, em termos genealógicos, como a do Povo Eleito por Deus. Ao longo da sua vivência histórica, o povo judeu na Diáspora recorreu a outros meios para preservar a sua identidade, numa

história marcada pela perseguição e pelo exílio, nomeadamente os meios de uma memória transmitida oralmente.

As comunidades judaicas, sem uma nação territorial que as congregasse, organizaram-se em torno de sinagogas, em diversos contextos nacionais, mantendo assim uma coesão de grupo. Com a criação do Estado de Israel, em 1948, surge uma nação judaica de referência para as comunidades na Diáspora. Contudo, o Israel bíblico foi e continua a ser um dado importante na manutenção da coesão identitária das comunidades judaicas na Diáspora.

Saliente-se que a ideia de uma nação, ao nível do discurso bíblico, surge como um modelo para o desenvolvimento do nacionalismo na Europa e em outras partes do mundo. Segundo Adrian Hastings (1997), a Bíblia deu ao mundo cristão o modelo original de nação. É interessante apontar que a correlação entre a tradução da Bíblia e o *acordar nacionalista*, nos finais do século XVII e início do século XVIII na Europa Ocidental, está «notavelmente próximo em quase toda a Europa» (Hastings, 1997).

A CIL, inserindo-se na história, é fruto também de um percurso de perseguição, exílio e retorno. Após os Éditos de Expulsão do século XV, com particular incidência para o édito espanhol de 1492, os judeus retornam a terras portuguesas no século XVIII e XIX, oriundos particularmente de Marrocos e Gibraltar (os sefarditas) – o núcleo fundador da CIL -, continuando a comunidade a aumentar com a vinda dos refugiados da II Guerra Mundial, da Europa de Leste e Central (os asquenazitas) – a *idade de ouro* da CIL -, e na actualidade, com a geração de jovens judeus portugueses nascidos e a viver em Lisboa.

É na reconstrução da história da CIL, por parte dos entrevistados, que encontramos três dados a referir a nível das suas representações identitárias:

a) o ambiente de enorme florescimento cultural e social a nível da própria CIL, entre os anos 20 e 40, em que a comunidade retrata essa época como sendo a *sua idade de ouro*. Como me disse um entrevistado, esta foi uma época muito marcante, «*eu tinha nessa altura 10 anos, dos 10 aos 16 anos, houve um turbilhão de gente que passou por cá e foram experiências interessantíssimas. Nós acolhemos, em casa dos meus pais, pessoas que ficaram a viver lá, alguns um ano, outros dois*». E acrescentou uma entrevistada que «*além do trabalho que foi feito com os refugiados, havia o hospital israelita, havia a cozinha económica, bom, havia muito mais trabalho do que há hoje, havia muito mais pessoas do que há hoje*»;

b) o facto de conviverem harmoniosamente os dois grandes grupos do judaísmo, definidos através da sua origem geográfico-cultural, os sefarditas e os asquenazitas. Este é, segundo os dados que recolhi, um caso exemplar de convivência no seio das comunidades judaicas na Diáspora. Deparei-me com inúmeras descrições de comunidades judaicas na Diáspora que se segmentam em função da sua própria origem geográfico-cultural. Em Lisboa, na CIL, nos anos 50 começamos a assistir a *casamentos mistos*, como os descrevem os entrevistados mais velhos, entre sefarditas e asquenazitas. Com o passar dos anos, a diferença esbate-se. Contudo, quando os asquenazitas começaram a vir para Portugal, nos anos 20 e 30, existia uma discriminação social no seio da própria CIL, como me foi relatado por um dos entrevistados da geração mais velha. Disse-me ele que *«eu lembro-me que em Portugal, quando começaram a vir os judeus asquenazitas para aqui, em 1920, para os judeus sefarditas que viviam cá, [os asquenazitas] eram gente muito ordinária, eram vendedores de pechisbeques e iam para a praia vender malhas. Era gente assim muito ordinária, que não tinha maneiras. Depois, o dinheiro lá fez subir as pessoas um bocadinho»*;

c) e, actualmente, a revitalização da CIL através da sua geração mais jovem, fruto da preocupação existente na CIL na formação de líderes e monitores, para que transmitam a cultura e as tradições do judaísmo. Esta geração vivencia o seu judaísmo integrada numa rede transnacional, em que há uma identificação entre os judeus das comunidades, em particular, da Europa Ocidental. Como me disse um entrevistado, *«[eu] tenho mais a ver, de facto, com um judeu noutra capital europeia, do que tenho a ver, se calhar, com um judeu de Belmonte (...). Hoje em dia, já não estamos a falar da Europa dos nossos pais, em que tínhamos que marcar com um ano de antecedência a viagem e jamais se fazia um fim de semana [num qualquer país europeu, como se faz actualmente]. Hoje em dia, organizam-se festas, acampamentos e vai-se para um fim de semana e volta-se. (...) A nível europeu, a possibilidade de eu chegar a uma sinagoga em Amesterdão e rezar da mesma forma que eu rezo em casa e partilhar dos mesmos problemas que tem, por exemplo, um judeu da Lituânia ou um judeu de Moscovo [é enorme]. Por que é que eu vou a Buenos Aires ou a São Paulo e estou como se estivesse em minha casa??»*. Porque, *«nós estamos a assumir o extremo da identidade judaica e (...) acabamos por nos tornar cidadãos do mundo, ou pelo menos da Europa, porque partilhamos uma mesma cultura europeia, já muito mais do que uma cultura judaica*

*portuguesa*». Isto é possível, porque há instâncias mundiais judaicas que organizam e promovem este relacionamento inter-comunitário, *«consequência do anti-semitismo»*.

Actualmente, a CIL faz parte de um universo judaico português que se caracteriza a dois níveis: os judeus portugueses enquanto colectivo e as diversas comunidades judaicas existentes em Portugal.

Os dados do INE indicam-nos que no Censo de 1981 existiam 5493 judeus em Portugal, com maior incidência em Lisboa. No Censo de 1991, o número de judeus diminuiu para 3523. O último Censo, o de 2001, aponta para 1773 judeus em Portugal.

Quanto aos dados não oficiais salienta-se, em primeiro lugar, a falta de correspondência entre os indivíduos que se definem como judeus, nos dados do INE, e o total de judeus inscritos nas diversas comunidades dispersas pelo país, a saber: a Comunidade Israelita de Lisboa, a Comunidade Israelita do Porto, a Comunidade Judaica de Belmonte e a Comunidade Judaica do Algarve.

Quanto à Comunidade Israelita do Porto, ela é pouco numerosa e é composta sobretudo por descendentes de Sefarditas. Segundo um dos entrevistados, a comunidade do *«Porto também é insignificante, porque é uma comunidade que tem perto de 20 ou 30 pessoas»*. E acrescentou uma entrevistada que, na comunidade do Porto, um dos símbolos marcantes foi a criação da sinagoga por Barros Basto, *«um homem que tinha um sonho, que era trazer todos os marranos, todos os cristãos-novos, para a fé judaica aberta», mas «a Igreja moveu-lhe uma luta sem tréguas ao longo dos anos 20, 30, porque aí ele estava a disputar um terreno que era o da Igreja»*. De facto, a *«sinagoga construiu-se, é um templo maravilhoso e é frequentado por uma comunidadezinha muito pequenina, liderada por um senhor que não tem nada a ver com nada disso, que é um judeu de Israel, de origem marroquina, que tem os seus negócios no Porto e, portanto, lidera a comunidade. Uma comunidade muito pequenina, misturada, tem pessoas de origem ainda de cristãos-novos e [outros] e tem judeus vindos um bocado de todos os lados»*.

Quanto à Comunidade Judaica de Belmonte destaco que, em 1989, era constituída por cerca de 100 indivíduos, na sua maioria descendentes de cristãos-novos portugueses ou espanhóis, que optaram por uma estratégia de prática escondida (criptojudaísmo ou marranismo), para escapar à Inquisição. Esta é a comunidade mais homogénea quanto à proveniência dos seus membros. Como me disse uma entrevistada, a comunidade de Belmonte, *«é uma comunidade de um simbolismo extraordinário, porque de facto é uma comunidade que é a única herdeira de facto das tradições, que*

*sobreviveu à Inquisição. É uma comunidade sobrevivente à Inquisição. (...) São cumpridores, (...) muitos voltaram a converter-se ao judaísmo. Não era necessário, mas ao mesmo tempo eles quiseram, fizeram a circuncisão, velhos e tudo. Instalaram uma sinagoga, têm uma sinagoga, têm um cemitério judaico, e tudo. Cumprem as tradições e tudo. Os rituais, etc, etc, portanto é uma coisa extraordinária, eu acho que única na história, porque de facto é uma resistência de séculos».*

Em relação à Comunidade Judaica do Algarve, é bastante dispersa e é composta essencialmente por Asquenazitas, que mantêm a sua nacionalidade de origem. Como me disse um entrevistado, a *«comunidade judaica do Algarve propriamente não é uma comunidade judaica, porque não está constituída juridicamente. É uma reunião social que se faz com os judeus, normalmente estrangeiros, são estrangeiros, que vivem no Algarve e estão reformados, que não são muitos, que são 20 ou 30»*. Acrescentou uma entrevistada que a comunidade do *«Algarve não é bem, bem uma comunidade. Nós chamamos-lhe uma comunidade sazonal, porque é assim, vive um bocado ao sabor do turismo judaico americano e sul-africano, inglês e francês e tal. E portanto eles fazem, eles comemoram as festas judaicas, têm um sítio onde fazem as orações, etc. É uma comunidadezita, mas é uma comunidade, enfim»*.

Finalmente, na Comunidade Israelita de Lisboa estavam inscritos, em 1993, cerca de 300 indivíduos distribuídos por 80 famílias, constando nas inscrições muitas vezes apenas o chefe de família. É uma comunidade heterogénea, que engloba sefarditas e asquenazitas, como já referi anteriormente. É uma comunidade actualmente envelhecida.

Se compararmos os resultados oficiais com os não oficiais, a disparidade de números é enorme. Os Censos revelam existirem mais judeus do que aqueles que as diversas Comunidades Judaicas em Portugal têm conhecimento.

Os objectivos que me guiaram, ao longo de toda a investigação, agrupam-se em duas grandes temáticas: a CIL como parte integrante de uma etnia e a CIL como minoria étnica em Portugal.

No primeiro caso, estudar a comunidade como parte integrante de uma etnia, levou-me a caracterizar a identidade judaica na actualidade e na história, abordando os papéis da memória familiar e da memória colectiva na construção dessa identidade; importante, neste contexto, foi também o estudo das representações identitárias face à história mais global em que se insere a comunidade, o que envolveu a análise dos efeitos dos Éditos de Expulsão espanhol e português do século XV, da Inquisição, do

criptojudaísmo, da Diáspora, do Holocausto, dos movimentos de retorno a Israel e dos movimentos messiânicos.

No segundo caso, importou-me estudar a comunidade no seu contexto específico, analisando a composição da CIL, a construção de uma imagem própria face aos restantes judeus nacionais e ao judaísmo internacional, a relação com a sua dupla pertença em termos de identidade nacional (portuguesa e israelita) e a sua integração enquanto minoria étnica em Portugal.

A construção e transmissão de uma identidade e de uma memória judaicas em Portugal faz-se através da vida comunitária e da socialização familiar.

A vida comunitária intercruza-se com a vida familiar, através das celebrações das festas tradicionais, com particular incidência no Yom Kiipur, e através de reuniões na sinagoga para assistir aos enterros, casamentos e bar mitzvah. A frequência da sinagoga é, contudo, irrisória.

A tradição mantém-se recorrendo à memória familiar oral que remonta, regra geral, ao tempo dos avós. A única excepção que encontrei foi junto dos entrevistados da geração mais velha, do sexo masculino, em que há uma preocupação em reconstruir a sua história de família recorrendo à memória escrita e a documentos históricos, de forma a recuar até a épocas tão remotas quanto, por exemplo, o 14º avô a contar para trás. Contou-me um entrevistado que *«havia um senhor, (...), em Lisboa que seria o meu 14º avô, estou a andar para trás portanto, que com a idade de 81 anos teria sido acusado pela Inquisição e foi garrotado primeiro e depois queimado [pela Inquisição]. (...) Bom, e já era um velhinho com 81 anos. E tinha um filho, que também foi condenado pelo mesmo julgamento e foi condenado às galeras, e teve que remar para Angola, três anos e meio, e depois fugiu. Era o meu 13º avô»*.

Além disso, um dado a acrescentar é que o tipo de comida confeccionada para as épocas festivas varia consoante a origem familiar dos entrevistados. Os asquenazitas preparam pratos diferentes dos sefarditas, tendo estes últimos influências marroquinas na sua comida, enquanto os outros têm uma influência das práticas culinárias da Europa de Leste. Referiram-me, a título de exemplo, a confecção de dois pratos típicos de Marrocos e da Polónia, confeccionados principalmente na altura das festas importantes do calendário religioso judaico.

Houve entrevistados que me explicaram pormenorizadamente a confecção dos pratos, quais os ingredientes a utilizar e a forma como se cozinhavam. O grupo familiar transmite, através da memória colectiva, a nostalgia das origens, evocando a comida que

os seus antepassados mais recentes faziam, facto que define a identidade colectiva do grupo familiar. Evocar as receitas, passá-las de geração em geração, é uma das características que define a origem familiar dos entrevistados e que faz parte da sua identidade multifacetada.

Não me foi fácil compreender muitos dos pratos confeccionados, nem os ingredientes utilizados, pois trata-se de referências a pratos da Europa do Leste ou do Norte de África, utilizando os entrevistados uma linguagem específica desses lugares. No entanto, também por aí os judeus de origem sefardita se distinguem dos de origem asquenazita.

A preocupação em ir visitar os campos de concentração nazis, onde se perderam familiares ou porque fazem parte do passado do grupo, é uma das formas que os entrevistados encontram para manterem viva a memória do que aconteceu aos seus familiares, recorrendo aos *lugares de memória* de forma a reivindicar a sua identidade étnica e cultural. Como me disse uma entrevistada, «*[eu] fui à Polónia, visitei os campos de concentração... Aliás, uma parte da nossa família lá ficou, dos irmãos dos meus avós*».

O elemento fundamental para a auto-definição do ser-se judeu em Portugal reside no facto de se ser oriundo de uma família judia e de se pertencer a um povo na Diáspora, ligado a uma terra de origem, a que simbolicamente se pretende retornar. Além disso, a língua que se transmite à descendência é o português.

Na geração mais jovem há o desejo de evitar a assimilação através do casamento com pessoas que não sejam de origem judaica, preservando assim a reprodução da identidade do grupo, procurando um cônjuge fora de Lisboa, na rede transnacional judaica, visto que a CIL é actualmente uma comunidade envelhecida.

É também uma comunidade que se caracteriza, como no início dos tempos, pela sua ligação espiritual a Israel, terra prometida e refúgio seguro contra as perseguições.

O Holocausto tem um papel central na auto-definição dos judeus em Portugal, visto muitas famílias serem descendentes de refugiados da II Guerra Mundial. Como me disse uma entrevistada da geração mais jovem, «*para mim [ser judia] significa sobretudo ser uma sobrevivente*» do Holocausto, entenda-se. Assim, como a Inquisição, que também tem um papel central na auto-definição dos judeus em Portugal, embora num horizonte mais longínquo da memória, porque foi responsável pela expulsão dos judeus sefarditas da Península Ibérica. E, a esse propósito, disse-me uma outra

entrevistada: *«para mim, é marcante, sou portuguesa com sotaque francês, lembro-me logo de 1492... é histórico, mas toca-me».*

Os membros da CIL possuem um capital cultural elevado e uma vivência transnacional do judaísmo. Apesar de viverem em Diáspora, como nos narra a história do povo judeu, são maioritariamente cidadãos portugueses na sua plenitude.

A CIL é uma comunidade étnica, porque tem um nome próprio, mitos e memórias históricas partilhadas pelos seus membros, elementos específicos que a diferenciam da cultura comum e uma associação a uma terra natal de cariz bíblico e político. A CIL organiza-se dentro de uma lógica de vivência em diáspora transnacional.

As histórias de vida e de família dos entrevistados são uma representação do seu passado pessoal, que é parte do passado do grupo. São histórias de uma riqueza enorme e com percursos variadíssimos. Eu dou-vos um exemplo, há judeus portugueses, filhos de refugiados russos vindos para Portugal na altura da Revolução Bolchevique de 1917.

Uma componente que sobressaiu e que gostaria de realçar passa pelas representações face a Israel e ao sionismo.

São discursos consensuais ao nível das três gerações, enquanto que as histórias de vida e de família são percursos, que pela sua própria natureza, são particulares.

A análise destes discursos identitários partiu, então, da relação dos judeus portugueses com Israel e o sionismo no âmbito da identidade nacional partilhada (portuguesa e israelita).

Há uma identificação cultural e histórica com o Estado de Israel pelo que ele representa na história mais recente (Holocausto), e enquanto terra prometida, fruto da aliança de Deus com o Povo Eleito. Como me disse um entrevistado, *«na história bíblica, as únicas pessoas que aceitaram Deus foram os judeus»*, *«os judeus são um povo eleito, porque foram eles que elegeram Deus»*.

A CIL, regra geral, tem uma visão idealizada da vida em Israel e já todos foram, pelo menos uma vez na sua vida, a Israel. Chegar lá é um sentimento inexplicável e explicava-o assim um entrevistado: *«sabe que os judeus quando aterram em Israel batem palmas no avião?»*. Ou, como acrescentou uma entrevistada, *«é um sentimento muito especial... eu não sei descrever, eu não sei se é por ser um sítio onde somos todos maioria»*.

As emoções expressas face a Israel enquadram-se no que Anthony Smith (1997) designou como territorialização da memória, em que a partilha por parte do grupo de um território histórico ou terra de origem os inclui nesse mesmo grupo. Israel é uma



parte constituinte da identidade judaica. Contudo, referem sempre que gostam e sentem-se portugueses.

Israel é também visto como o único lugar onde os judeus se podem refugiar se forem novamente perseguidos.

Há uma visão idealizada do Estado de Israel, em que se acredita que é a única democracia da região e a única que age baseada no princípio do respeito pelo outro. A esse propósito, disse-me um entrevistado que *«em Israel o terrorista e a vítima são tratados no mesmo quarto e pelo mesmo médico judeu»*. Ou, como me disse uma entrevistada, *«uma mãe judia nunca ficaria feliz como as mães muçulmanas por os seus filhos serem kamikazes»*, porque o judaísmo é uma cultura da vida.

Contudo, nem todos defendem a política actual de Sharon, mas todos se mantêm informados do que se passa por lá. Todos têm uma opinião sobre Israel. Todos defendem a criação de um Estado palestino e uma solução pacífica para o conflito no médio oriente.

A maioria dos entrevistados afirmou-se sionista. Contudo, não têm a intenção de fazer a *aliyá* ou retorno a Israel, não cumprindo assim um dos preceitos do sionismo, entendendo que a diáspora é necessária para a continuidade de Israel. Israel é visto como um porto seguro em caso de perseguições.

Integrando a CIL como minoria étnica em Portugal, assisti, por parte dos entrevistados, à construção de um discurso em que as *fronteiras* são delimitadas na relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contacto. A identidade é entendida como um conjunto de elementos identitários (pessoais e sociais), que permitem a um determinado colectivo identificar-se como um NÓS – inclusão (em que os membros se identificam entre si) – e os distingue de um ELES – exclusão (cujos membros são diferentes dos primeiros). É por oposição a um NÃO-NÓS que o grupo adquire a consciência de pertencer a uma identidade colectiva diferente. Como me disse uma entrevistada, *«eu sou tão portuguesa quanto todos os outros, mas tenho um mais, não sou católica, não tenho essa parte que eles acham perfeitamente inerente a ser portuguesa (...) e tenho um mais em termos culturais, que eles não têm. Porque tenho a cultura, a parte cultural israelita, judaica. E tenho ligações»* aos dois países.

Uma outra dimensão que surgiu e que gostaria de salientar é o facto do Estado português ser, na sua constituição, laico, mas representar-se como um estado católico, na perspectiva dos entrevistados. Muito me falaram da recente lei da liberdade religiosa. Referiram-me, a esse propósito, o facto flagrante de não existir, em Portugal, um museu

de história judaica portuguesa e também o facto de não existir um monumento às vítimas da Inquisição no Rossio, onde, como se sabe, se queimaram as vítimas frente ao actual Teatro Nacional.

A identidade étnica passa também, enquanto minoria étnica em Portugal, pela transmissão de tradições familiares ao nível da comida. Como me disse uma entrevistada, « *eu levava para a escola, quando era pequenina, levava para a escola pão com fatias de nabo cru. As minhas colegas riam-se. Ainda hoje adoro nabo cru. Nós comíamos sopa de beterraba, não é?, que é a tradição da Europa, da Polónia e tal*». Prática que lhe ficou da sua origem familiar.

Contudo, a comida serve também como referência para a inclusão num colectivo em que se integram: Portugal. Como me disse uma entrevistada, o definir-se como judia é um processo semelhante ao definir-se como portuguesa, é « *a mesma coisa que conhecer um português noutra parte do mundo com quem ao dizer “pastéis de bacalhau” vai perceber o que é que é e eu não tenho que explicar. É isso. É uma subtilidade, uma questão em comum que faz nitidamente [com] que haja uma comunicação, uma empatia, há qualquer coisa ali que eu não sei bem definir o que é que é*».

Em conclusão, as histórias de vida e de família dos entrevistados são uma representação do seu passado pessoal, que é parte do passado do grupo. São uma parte constitutiva da sua identidade. A sua identidade é múltipla, simultaneamente pessoal e familiar, social e cultural, nacional e transnacional, territorializada num mito de origem – o fornecido pela história bíblica. Alicerça-se igualmente na história do povo judeu, no passado longínquo e no passado mais recente vivido por muitos. Uma história marcada pela perseguição – da Inquisição ao Holocausto – e que explica a relação especial mantida com Israel, a “terra prometida” da Bíblia, o “lar nacional” do sionismo.

A CIL existe porque há judeus portugueses, que se organizam dentro de uma lógica de vivência em Diáspora transnacional, onde os pólos de unidade são representados pela existência de uma memória, de uma religião, de vivências familiares, pela existência, enfim, de Israel. A CIL diferencia-se de outras comunidades judaicas na Diáspora pelo facto de não se encontrar no seu seio a divisão entre sefarditas e asquenazitas, mas sim uma coexistência harmoniosa.

O papel desempenhado pela transmissão da história de família e pela manutenção da memória colectiva, através da evocação dos *lugares de memória*, da *territorialização da memória* e da vivência em comunidade, ao longo das três gerações

de judeus portugueses, é um dos vectores que melhor definem a condição do *ser judeu em Portugal*.

Esta investigação procurou, então, ilustrar a relação entre a identidade e memória na CIL, através dos discursos identitários produzidos pelas três gerações entrevistadas, entre Agosto e Dezembro de 2002 e Março de 2003.